

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/12/2012 - Edição N°. 714

Polícia Federal multa 12 bancos em R\$ 1,573 milhão por falhas na segurança

Multas foram aplicadas na 95ª reunião da CCASP, em Brasília

A Polícia Federal multou nesta quinta-feira (29) 12 bancos em R\$ 1,573 milhão por descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e normas de segurança, durante a 95ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), em Brasília. A agência Vespasiano, da Caixa Econômica Federal, em Belo Horizonte, foi interdita. Os bancos foram punidos em processos abertos pelas delegacias estaduais de segurança privada (Delesp).

Agências e postos de atendimento foram multados por número insuficiente de vigilantes, planos de segurança não renovados, alarmes inoperantes, inauguração de agências sem aprovação de plano de segurança e cerceamento da fiscalização de policiais federais, dentre outras irregularidades.

O campeão de multas foi o Bradesco, sendo que 38 agências e PABs em Brasília foram multadas porque o monitoramento do alarme foi quarterizado e o banco declarou fato inverídico para a Polícia Federal visando a aprovação do plano de segurança desses estabelecimentos. Cada uma dessas unidades foi penalizada em 13.334 UFIR, o que representa R\$ 14.188,71.

José Boaventura, presidente da CNTV diz que as multas confirmam o que todos já presenciam nas agências bancárias: insegurança que coloca em risco a vida de vigilantes, bancários e clientes, desrespeito por parte dos bancos e um grande descaso com a vida dos trabalhadores. “Na contramão do aumento da violência, os bancos reduzem investimentos e até mão de obra, como é o caso da redução de vigilantes pelo

Banco do Brasil”, afirma Boaventura. Pelo Brasil afora as demissões estão acontecendo. No Paraná foram centenas de vigilantes demitidos e a pergunta que não quer calar é: “Quem pagará pela insegurança nos bancos e agências”? Indaga o presidente da CNTV.

Veja o montante de multas por banco:

Bradesco - R\$ 682.818,07
Banco do Brasil - R\$ 282.361,06
Santander - R\$ 154.659,48
Itaú Unibanco - R\$ 122.376,82
HSBC - R\$ 117.058,45
Caixa Econômica Federal- R\$ 101.093,76
Banestes - R\$ 37.245,63
Mercantil do Brasil -R\$ 21.282,00
Safra - R\$ 15.961,50
BNB - R\$ 14.188,70
Sofisa - R\$ 14.188,70
Banco da Amazônia -R\$ 10.642,06

Total de multas: R\$ 1.573.876,23

Houve ainda aplicação de penalidades contra empresas de segurança, vigilância e transporte de valores e cursos de formação de vigilantes. Foi a terceira e última reunião da CCASP em 2012.

Nas próximas edições do Boletim da CNTV traremos mais detalhes sobre as multas às empresas do setor de segurança privada e cursos de formação de vigilantes.

**Fonte: Contraf/CUT com CNTV
(Foto: Agnaldo Azevedo)**



Vamos aumentar a pressão da Campanha pela sanção do PL 1033 do Adicional de Risco de Vida.

VIGILANTES NA LUTA

30%

RISCO DE VIDA / PERICULOSIDADE JÁ!

PL 1033/03

Sanciona DILMA



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

Brasília: Ato cutista paralisa por quase cinco horas Sede I do BB



As atividades do Edifício sede I do BB em Brasília foram paralisadas pelos trabalhadores entre 4h e 9h desta quarta-feira (28) em protesto contra a irresponsabilidade e as arbitrariedades da direção do banco e ao crescente desrespeito aos bancários, vigilantes e trabalhadores terceirizados e quarteirizados.

“Os companheiros mostraram que estão na luta e que não vão se render a uma direção do BB que não merece ocupar cargos estratégicos e pratica uma gestão temerária para os trabalhadores”, afirma o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

Durante a manifestação promovida pela CUT Brasília, foram denunciadas várias barbaridades



praticadas pelo banco. Jornais, panfletos, faixas e mensagem em carro de som mostravam as posturas arbitrárias, como retaliação de grevistas, descomissionamentos injustificados, discriminação de trabalhadores, redução de quadros de vigilantes, entre outras medidas.

O banco vem perseguindo os bancários que participaram da última greve da categoria e os que movem ações reivindicando direitos relativos à jornada legal de trabalho. Além disso, o BB está segregando os trabalhadores terceirizados e quarteirizados, obrigando-os a entrar nos prédios exclusivamente pela garagem, submetendo-os a riscos como assaltos e coações por parte de marginais ocorridos nos últimos dias. A diminuição do quadro de vigilantes no Banco do Brasil é outro ponto preocupante, pois representa a busca de mais lucros pelo banco à custa do corte de empregos e de redução da segurança de todos os trabalhadores.

A força da manifestação realizada

pela CUT Brasília surtiu efeito imediato. Logo após o ato, o Banco do Brasil alterou, durante negociação com a Central e o Sindiserviços, o horário de trabalho do setor de Serviços Gerais. Agora a entrada não é mais às 5h30, e sim às 7h, diminuindo os riscos a que vinham sendo expostos. A questão dos vigilantes foi tratada em outra reunião com a área responsável pela segurança, que encaminhará para a diretoria a necessidade de realizar um encontro com o Sindicato dos Vigilantes visando a uma solução.

Em relação aos bancários, várias outras atividades serão realizadas pela CUT até que o banco reveja sua posição equivocada e intransigente de perseguição aos grevistas e sua postura antissindical.

A manifestação conjunta desta quarta demonstra a solidariedade de classe defendida e praticada pela CUT. Isso já aconteceu em diversas outras lutas e mais recentemente na greve dos bancários, quando várias categorias participam do movimento, oferecendo apoio logístico e nos comitês de esclarecimento na porta dos bancos.

O ato diante do BB foi também o pontapé inicial para a Campanha Unificada que os trabalhadores de serviços e vigilantes estão organizando para janeiro e que poderá culminar numa greve conjunta das duas categorias. "A CUT defende a



construção da unidade não só destas categorias, mas também dos transportadores de valores, dos trabalhadores dos correios, de processamento de dados, dos bancários e das demais categorias do ramo financeiro. A unificação do calendário de lutas dos trabalhadores fortalecerá o poder de pressão para a conquista de mais avanços", acentua Rodrigo Britto.

Para Moisés Alves, Secretário Geral do Sindicato dos Vigilantes do DF, o ato foi extremamente importante para mostrar a verdadeira face da direção do Banco do Brasil que vem tratando os terceirizados com total desrespeito. "Além disso, estão reduzindo o quadro de vigilantes em todo o Brasil em um retrocesso sem tamanho diante da

escalada da violência com ataques a caixas eletrônicos e assaltos a bancos, além de outros crimes", alerta Moisés. "O apoio da CUT e dos bancários é fundamental para

ajudar na luta contra as demissões de vigilantes", conclui o diretor do Sindicato dos Vigilantes do DF.

**Fonte: CUT-DF com CNTV
(Fotos Guina)**



Correios são "vítimas" da insegurança no Piauí

Assalto a mais uma agência dos Correios no Piauí, em Monsenhor Gil. Em nota, a empresa reclama que é "vítima" da falta de segurança no Estado e informa que está investindo em segurança privada:

Os Correios esclarecem

que são vítimas da falta de segurança no Piauí. A empresa lamenta o episódio e informa que, com o objetivo de reforçar a segurança dos clientes e empregados, criou uma área específica para planejar e implantar medidas de segurança em todo o Brasil. A

ECT também tem investido em ações de segurança no Piauí, como capacitação dos empregados, contratação de vigilância, instalação de cofres com fechadura com retardo e sistemas de alarme e de imagem.

Fonte: Acesse Piauí

Nota de Pesar

A CNTV lamenta informar o falecimento do diretor do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, EDSON NUNES MOURA, dia 02/12, vítima da violência que assola o nosso país. Nos solidarizamos com os colegas da Ba-

hia, em especial o presidente da CNTV, José Boaventura, que também é presidente do Sindvigilantes/BA. Manifestamos nosso pesar aos familiares do companheiro Edson, rogando a Deus o consolo neste momento de extrema dor.

Salvador, 02/12/2012

NOTA DE PESAR

É com profundo pesar que a Diretoria do Sindvigilantes/BA informa aos vigilantes baianos, amigos e parceiro da categoria o brutal assassinato do seu Diretor Jurídico Edson Nunes Moura em um duvidoso assalto na Ilha de Itaparica.

Neste momento, nos unimos à família do Companheiro Edson Moura, em orações e esperança, manifestando nossa solidariedade. Acreditamos conveniente o que diz o Evangelho: "Se o grão de trigo que cai na terra não morre, fica só. Mas, se morre, produz muitos frutos". (Jo-12,24).

MINISTRO DA JUSTIÇA AUTORIZA INGRESSO ILEGAL DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

A vigente Lei nº 7.012/1983 estabelece no art. 11 que “a propriedade e a administração das empresas especializadas” de segurança privada são vedadas a estrangeiros, ressalvadas apenas a continuidade daquelas que já existiam aqui na data da sua publicação, 20 de junho de 1983.

Essa proibição decorre da atuação complementar da segurança privada em relação à segurança pública (previsão expressa na Port./MJ nº.295/2009 - DOU de 16/2/2009). Na justificativa do Projeto dessa Lei, que o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional – Exposição de Motivos nº0265, de 29 de junho de 1981, constou que deveria ser aprovada a proibição de estrangeiros ter ou administrar empresa de segurança privada “no interesse da segurança nacional”.

As empresas de segurança privada, reguladas pelas Leis nºs 7.102/83, 8.863/94 e 9.017/95, bem como pelas portarias do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal, atuam na prestação de serviços de segurança, pessoal, de transporte de cargas, de bancos e de eventos, na vigilância de patrimônios públicos e privados e no transporte de valores, uso de armas de fogo, dependendo de sua atuação até a compensação bancária do país.

Somam hoje 2.300 empresas que empregam 600 mil vigilantes e atuam com eficiência e preparo técnicos comprovados, e que, se houver o ingresso de grupos estrangeiros com o domínio do mercado, isso implicará sérios prejuízos para o empresariado nacional e os empregos dos seus nu-

meros empregados, bem como prejuízo também para toda a sociedade, colocando a sua segurança em risco.

Ocorre que mesmo diante dessas prescrições legais que vedam no Brasil a atuação de estrangeiros em segurança privada por razões de segurança nacional, o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, emitiu despacho acautando parecer da assessoria jurídica nº 177/2012, declarando que “não há óbice legal à participação estrangeira em empresas especializadas de segurança privada”, e com esse despacho veio a abertura para o órgão do Departamento de Polícia Federal autorizar a compra da empresa brasileira Vanguarda Segurança Ltda, pelo poderoso Grupo Internacional G4S, da Inglaterra, por meio de sua subsidiária brasileira.

Inclusive, baseando-se nesta decisão ilegal, foi protocolado no Ministério da Justiça em 13/09/2012 pleito de empresa para trazer para o Brasil trabalhadores vigilantes (policiais privados) de outros países para atuar na atividade de segurança privada.

E todas essas são atividades essenciais para a Nação, não podendo sofrer paralisações e nem evidentemente serem entregues a estrangeiros, sob pena de colocar em risco a segurança nacional e o interesse da Nação, pois são atividades públicas de interesse público.

Com essa decisão, o Senhor Ministro da Justiça entrega a segurança privada do país a estrangeiros, colocando em sério risco o interesse nacional, desrespeitando lei vigente.

Por decisão unanime de sua assembleia geral nacional, os empresários

brasileiros da atividade de segurança privada registram o seu repúdio e a sua indignação com esse ato de menosprezo ao comando jurídico do país, por parte de tão importante autoridade constituída.

O ato ilegal está sendo desafiado por dois mandados de segurança que tramitam no Superior Tribunal de Justiça, um impetrado pela FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES FENAVIST, tendo o Ministro Mauro Campbell como relator, e outro impetrado pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES ABTV, tendo o Ministro Herman Benjamim como relator. Nas varas da Justiça Federal em diversos Estados tramitam ações de nulidade dessa decisão contra União.

Esperam os empresários e trabalhadores brasileiros que no julgamento das ações acima mencionadas sejam respeitadas e aplicadas as leis vigentes, afastando-se o ato do Ministro que está patrocinando, no interesse de Estrangeiros, o desrespeito à ordem legalmente instituída no País.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES - FENAVIST

ODAIR CONCEIÇÃO - Presidente
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE VALORES- ABTV

MARCOS PAIVA - Presidente

Matéria publica no Jornal Correio Braziliense como informe publicitário

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV - José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira

Jornalista: Walkiria Simões

Projeto gráfico e diagramação: G. Santos



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF